



Informativo Fenapaes

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
Edição nº 6 • Ano 2016

Governo

Ministro da Educação
recebe Fenapaes e outras entidades
representativas das pessoas
com deficiência

pág. 5

**Após sustentação
oral da Fenapaes,
STF proíbe escolas
particulares de
recusar alunos
com deficiência**

pág. 4

Tocha Olímpica

Professora com síndrome
de Down emociona ao conduzir a
Tocha Olímpica Rio 2016
pelas ruas de Natal

pág. 6

Mário Matos Souza
Escola Maria Montessori

Apae Brasil

Fenapaes recebe especialista
português na síndrome do X frágil

pág. 9

Apae Brasil

Campanha Apae Noel 2016
já está no ar

pág. 12

Prezados Leitores,

Esta edição do Informativo nº 6/2016 da Federação Nacional das Apaes tem por objetivo socializar junto às suas filiadas as novidades e notícias de relevância, além de demonstrar, a partir de um noticiário dinâmico e atualizado, a atuação da Fenapaes na defesa da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Nesta edição, trazemos um informativo repaginado, mais dinâmico e moderno, o que visa a facilitar a leitura e a divulgação das atividades da Fenapaes, das Federações Estaduais e das Apaes de todo o Brasil.

A reformulação desse informativo é mais um passo na direção de sempre trabalhar pelo melhor da Fenapaes, objetivando sempre a atualização da entidade.

A todos um grande abraço e boa leitura!

Aracy Maria da Silva Lêdo - presidente nacional da Federação das Apaes



Informativo Fenapaes

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada à fonte.
Federação Nacional das Apaes é filiada à *Inclusion International*

Federação Nacional das Apaes

SDS – Ed. Venâncio IV – Cobertura – CEP – 70.393-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3224-9922 – FAX: (61) 3223-8072

fenapaes@apaebrazil.org.br – www.apaebrazil.org.br

Proj. Gráfico e diagramação: Spindler Comunicação Corporativa – www.spindler.com.br
Revisão: Diego Lima e Eduardo Ramos – Tiragem: 2.500

Gestão: 2015 – 2017

Diretoria Executiva

Presidente

Aracy Maria da Silva Lêdo (RS)

Vice – Presidente

José Turozi (PR)

1º Diretor Secretário

Albanir Pereira Santana (GO)

2º Diretor Secretário

Narciso José Batista (BA)

1º Diretor Financeiro

Unirio Bernardi (RS)

2º Diretor Financeiro

Sérgio Prodócimo (SP)

Diretor Social

Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (ES)

Diretora de Assuntos Internacionais

Rosane Teresinha Janhke (SC)

Diretor de Patrimônio

Luiz Augusto Machado dos Santos (PA)

Autodefensoria Nacional

Titulares

José Lucas Ferreira dos Santos (TO)

Thaylane Tonet Muniz (SC)

Suplentes

Bianca Aliati (RS)

Francisco Matos Alêm (PE)

Conselho Fiscal

Titulares

Eduardo da Silva Mendonça (MG)

Nilson Alves Ferreira (TO)

Ana Claudia de Andrade Trondoli (RO)

Suplentes

Delton Pedrosa Bastos (RJ)

Maria das Graças Mendes da Silva (PE)

Conselho de Administração

Federação das Apaes do Estado do Amazonas

Maria do Perpetuo Socorro Castro Gil

Federações das Apaes do Estado da Bahia

Derval Freire Evangelista

Federação das Apaes do Estado do Ceará

Francisco Leitão Moura

Apaes do Distrito Federal

Wilma Chaves Kraemmer

Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo

Washington Luiz Sielerman Almeida

Federação das Apaes do Estado de Goiás

Wagner Benevides Duarte

Federação das Apaes do Estado do Maranhão

Milka Luciana Lima de Souza Bastos

Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais

Eduardo Luiz Barros Barbosa

Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso

Comissão Interventora

Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso do Sul

Tidécino dos Santos Rosa

Federação das Apaes do Estado do Pará

Emanuel O' de Almeida Filho

Federação das Apaes do Estado da Paraíba

Gilvan José Campelo dos Santos

Federação das Apaes do Estado do Paraná

Neuza Soares de Sa

Federação das Apaes do Estado do Pernambuco

Amélia Maria Borges da Silva

Federação das Apaes do Estado do Piauí

Interventora Maria do Socorro Paula dos Santos

Federação das Apaes do Estado do Rio de Janeiro

Hélio Torres da Silva

Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Norte

William Ferreira de Lima

Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul

Luiz Alberto Maioli

Federação das Apaes do Estado de Rondônia

Ida Salvático

Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina

Julio Cesar de Aguiar

Federação das Apaes do Estado de Sergipe

Carlos Mariz Moura de Melo

Federação das Apaes do Estado de São Paulo

Cristiany de Castro

Federação das Apaes do Estado de Tocantins

Marciane Machado Silva

Conselho Consultivo

Antônio Semas Figueiredo (PE) - In memoriam

Antônio Santos Clemente Filho (SP)

Eduardo Luiz Barros Barbosa (MG)

Epidio Araujo Neris (DF)

Flávio José Arns (PR)

Justino Alves Pereira - (PR) In memoriam

José Candido Alves Borba (RJ) In memoriam

Luiz Alberto Silva (SC)

Nelson de Carvalho Seixas - (SP) In memoriam

Equipe Técnica Fenapaes

Gerente Geral

Cristiane Araci Andersen

sec.executiva@apaebrazil.org.br

Procuradoria Jurídica

Procuradora: Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro

E-mail: procuradoria@apaebrazil.org.br

Advogado

Gustavo Guimarães de Miranda

E-mail: gustavo.procuradoria@apaebrazil.org.br

Assistente

Larissa Christyna Alves Pereira

E-mail: larissa.procuradoria@apaebrazil.org.br

Auxiliar Jurídico

Dayara Evangelista

Email: dayara.procuradoria@apaebrazil.org.br

Estagiário Jurídico

Washington Douglas

E-mail: washington.procuradoria@apaebrazil.org.br

Assessora de Assuntos Internacionais

Maria Amélia Vampre Xavier

E-mail: mavamprexavier@uol.com.br

Coordenação Administrativa

Coordenador: João Batista da Silva

E-mail: administrativo@apaebrazil.org.br

Equipe

Waldineia Olimpio Zoraida Santana Ramos

E-mail: juventude@apaebrazil.org.br

Eduardo Souza Leite

E-mail: eduardo.logistica@apaebrazil.org.br

Daurinha de Souza Leite

E-mail: servicosgerais@apaebrazil.org.br

Fernando Ferreira dos Santos

E-mail: logistica@apaebrazil.org.br

Estagiário Administrativo

Lucas Lima Gomes

E-mail: logistica2@apaebrazil.org.br

Coordenação Financeira

Coordenadora:

Marinete Oliveira da Silva Freire

E-mail: financeiro@apaebrazil.org.br

Auxiliar Financeiro

Tânia Ramos

E-mail: financeiro2@apaebrazil.org.br

Estagiária Financeira

Dayelle Oliveira

E-mail: financeiro3@apaebrazil.org.br

Atendimento ao Público

Coordenadora de atendimento:

Eunice Gusmão

E-mail: fenapaes@apaebrazil.org.br

eunice.solucoes@apaebrazil.org.br

Atendente

Bruna Emily Lima Cordeiro

E-mail: bruna.solucoes@apaebrazil.org.br

Coordenação de Comunicação

Coordenador: Diego Lima

E-mail: comunicacao@apaebrazil.org.br

captacao@apaebrazil.org.br

Assessoria de Comunicação

Eduardo Ramos

E-mail: assessoria@comunicacao@apaebrazil.org.br

Tecnologia da Informação

MSWI Soluções Web Inteligente

Auxiliar de Tecnologia da Informação: Rafael Alves da Silva

E-mail: informatica@apaebrazil.org.br

Consultor de Apoio

Cláudio Pizzato

E-mail: consultorapoio@apaebrazil.org.br

Universidade Corporativa da Rede Apaie (Uniapae)

Coordenadora Uniapae: Fabiana Maria das Graças S. Oliveira

E-mail: fabianamariasoares@hotmail.com

Equipe

Coordenador Pedagógico

Erivaldo Fernandes Neto

E-mail: institucional@apaebrazil.org.br

Assistente Administrativo

Aline Lamara

E-mail: secretariauniapae@apaebrazil.org.br

Secretaria Uniapae

Estagiário: João Paulo

E-mail: secretariauniapae@apaebrazil.org.br

Escritório Fenapaes

Porto Alegre/RS

Rua General Câmara, nº 406 sala 403 – Centro

Porto Alegre/RS – CEP: 90 010-230

Telefone: (51) 3228-1252 / 3212-5397

Assessora da Presidente

Lúcia Maria Cardoso Centena

E-mail: luciacentena@terra.com.br

fenapaesrs@apaebrazil.org.br

Auxiliar Administrativo

Alexandro Martim Vargas dos Santos

E-mail: presidente@apaebrazil.org.br

fenapaesrs@apaebrazil.org.br

Coordenador Nacional de Eventos

Antônio Bastos

E-mail: bastos@apaepoa.org.br

Controladoria

Roberto Machado Salaberry

Email: controladoria@apaebrazil.org.br

Estagiária: Juliana Correa

E-mail: controladoria@apaebrazil.org.br

Coordenações Nacionais

Coordenação de Arte

Rosânia de Almeida (PR)

Coordenação de Assistência Social

Marilene Ardore (SP)

Coordenação de Autodefensoria e Autogestão

Elcira Lourdes Machado Bernadi (RS)

Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social

Anna Beatriz L. Peranovich Leite (SP)

Coordenação de Educação e Ação Pedagógica

Fabiana Maria das G. Soares de Oliveira (MS)

Coordenação de Educação Física desporto e lazer

Roberto Antônio Soares (SP)

Coordenação de Educação Profissional

Maria Helena Alcântara Oliveira (DF)

Coordenação de Prevenção e Saúde

Dr. Rui Fernando Pilotto (PR)

Fenapaes reúne Diretoria Executiva em Brasília

A Diretoria Executiva da Fenapaes reuniu-se no início de Abril, na sede da entidade, em Brasília. Estiveram presentes Aracy Maria da Silva Lêdo (presidente), José Turozi (vice-presidente), Albanir Pereira Santana (1º diretor secretário), Narciso José Batista (2º diretor secretário), Unirio Barnardi (1º diretor tesoureiro), Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (Diretor Social), Rosane Teresinha Jahnke (Diretora de Assuntos Internacionais) e Luiz Augusto Machado dos Santos (Diretor de Patrimônio). Também participaram da reunião a Procuradora Jurídica da entidade, Dra. Rosângela Wolff de Quadros Moro, e o Consultor de Apoio, Cláudio Pizzatto.

Durante a reunião foram apresentados o relatório de atividades de 2015 e o relato sobre a XXI Olimpíada Especial



Reunião da Diretoria Executiva da Fenapaes em Brasília

das Apaes, realizada em Campo Grande (MS), de 3 a 7 de dezembro de 2015.

Com relação a 2016, houve explanação sobre o plano de ação para este ano e a Campanha Apae Noel. Também foram apresentados os pontos de situação acerca da organização do X Festival Nacional Nossa Arte – que acontecerá de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2016 na cidade de Recife (PE) – e da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – que será realizada de 21 a 28 de agosto em todo o Brasil.

Diretoria Executiva e Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo também realizaram reunião

No encontro foram apresentados o relatório de atividades de 2015 e o relato sobre a XXI Olimpíada Especial das Apaes, realizada em Campo Grande (MS), em dezembro do ano passado. Além disso, o participantes da reunião aprovaram parecer do Conselho Fiscal referente às contas do exercício 2016, a previsão orçamentária e o plano de ação da Fenapaes para 2016.

Uma questão muito importante levantada pela diretoria da Fenapaes foi a necessidade de que todas as Apaes do Brasil respondam a pesquisa online que deveria ter sido respondida até janeiro de 2016, uma vez que as Federações Estaduais têm papel fundamental, comprometendo-se a chamar cada Apae filiada a responder a pesquisa.

Pela diretoria executiva, participaram Aracy Maria da Silva Lêdo (presidente), José Turozi (vice-presidente), Albanir Pereira Santana (1º diretor secretário), Narciso José Batista (2º diretor secretário), Unirio Barnardi (1º diretor tesoureiro), Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (Diretor Social), Rosane Teresinha Jahnke (Diretora de Assuntos Internacionais) e Luiz Augusto

Machado dos Santos (Diretor de Patrimônio). Também participaram os Coordenadores Nacionais Rosângela de Almeida (Artes), Marilena Adore (Assistência Social), Anna Beatriz Leite (Defesa de Direitos e Mobilização Social), Maria Helena de Alcântara (Educação Profissional) e Elcira Bernardi (Autodefensoria e Família). A reunião contou ainda com a participação de dois autodenfensores, Thailane Tonete Muniz (SC) e José Lucas Ferreira dos Santos (TO). O Conselho de Administração foi representado por um representante de cada Federação Estadual. Já as Apaes dos Estados que não têm Federação também tiveram assento na reunião.

Ao final, ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho (GT) formado para propor a alteração do Estatuto da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes). Sob a coordenação da Procuradora Jurídica, Dra. Rosângela Wolff de Quadros Moro, o GT reuniu José Turozi (vice-presidente da Fenapaes), Emanuel O' de Almeida (representante da região norte), Willian Ferreira de Lima (região nordeste), Albanir Pereira Santana (região centro-oeste), Pedro Paulo Bazana (região sul), Cristiany de Castro (Sudeste) e o Dr. Eduardo Szazi, consultor contratado para a elaboração da proposta de alteração estatutária.

Após sustentação oral da Fenapaes, STF proíbe escolas particulares de recusar alunos com deficiência

As normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) foram validadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A lei, que entrou em vigor em janeiro deste ano, proíbe escolas particulares de recusar matrículas e cobrar valores adicionais nas mensalidades de pessoas com deficiência.

A decisão, com apenas um voto contrário, foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 5357, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), e seguiu o voto do relator, ministro Edson Fachin.

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), na condição de Amicus Curiae (não é parte do processo, mas atua como interessado na causa), foi representada no julgamento pela Procuradora Jurídica, Dra. Rosângela Wolff de Quadros Moro. Em sustentação oral, ela afirmou que os estabelecimentos de ensino privado não estão desobrigados do cumprimento da lei.

Entre os principais argumentos, a Procuradora Jurídica da Fenapaes informou que o comitê especializado da ONU (Organização das Nações Unidas), que monitora as ações de aplicação da convenção, apontou como ponto negativo no Brasil a recusa das matrículas de crianças com deficiência e ainda a cobrança de taxas extras.

Ao votar pela improcedência da ação, o relator salientou que o Estatuto reflete o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição Federal ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também as particulares, devem pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades do direito fundamental à educação. "O ensino privado não deve privar os estudantes – com e sem deficiência – da construção diária de uma sociedade inclusiva e acolhedora, transmutando-se em verdadeiro local de exclusão, ao arrepio da ordem constitucional vigente", afirmou Fachin.

Senado discute alteração na Lei de Inclusão para garantir maior proteção às pessoas com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que passou a vigorar apenas há cinco meses, já está sendo alvo de medidas corretivas. Esse é o objetivo de projeto de lei aprovado no início de junho pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. O texto aprovado tem poder substitutivo.

A proposta (PLS 757/2015) altera pontos que criam vulnerabilidades para pessoas que se mostrem incapazes de executar determinados atos da vida civil. Agora o texto seguirá para análise na Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania, em decisão final, para depois seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Também conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 foi publicada em 6 de julho de 2015, com previsão para vigorar seis meses depois. A norma garante condições de acesso a educação e saúde e fixa punições para atitudes discriminatórias. Trata inclusive de reservas de vagas em estacionamento e proíbe a cobrança de taxas extras em matrículas e mensalidades no ensino privado.



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

Senado proíbe cobrança de taxa extra para alunos com deficiência

O projeto agora segue para apreciação da Câmara dos Deputados Federais. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, em abril, projeto de lei (PLS 45/2015) que determina que as escolas públicas ou particulares deverão matricular alunos com deficiência, independentemente da condição física, sensorial ou intelectual, sem a cobrança de taxa extra.

O texto estabelece que, para os casos de alunos que tenham sido cobrados em quantia indevida, passam a ter direito a receber valor em dobro, acrescido da correção monetária e juros legais. A proposta ainda será apreciada pela Câmara dos Deputados.

Ministro da Educação recebe Fenapaes e outras entidades representativas das pessoas com deficiência

Várias entidades que representam as pessoas com deficiência, entre as quais a Fenapaes, tiveram audiência com o ministro da Educação, Mendonça Filho, no fim de maio. A presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Aracy Lêdo, foi representada no encontro pela Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica da entidade, Fabiana Soares de Oliveira, e pela Gerente Geral, Cristiane Andersen.

No encontro, organizado pelo deputado Eduardo Barbosa, Mendonça Filho destacou a importância da prioridade para pessoas com deficiência. Ele recebeu das entidades um ofício com reivindicações para a área. Entre vários pontos propostos está, por exemplo, o fortalecimento da estrutura da Diretoria de Políticas de Educação Especial, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC.



Fenapaes participou da audiência com Ministro Mendonça Filho

Mendonça Filho prometeu empenho com a causa. "Essa agenda é uma das nossas prioridades. Tenham certeza que o MEC voltou para vocês. Podem contar conosco sobre esse tema. Vou analisar o ofício e ficaremos sempre em contato", destacou.

O presidente do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência (CRPD), Moisés Bauer, também participou da audiência, que contou ainda com a presença de representantes da Associação Brasileira de Autismo (Abra), Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi), Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

Ivana de Siqueira toma posse como secretária de Educação Continuada

Em solenidade que contou com a presença do ministro da Educação, Mendonça Filho, Ivana de Siqueira tomou posse como titular da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação.

O evento, realizado no início de junho, foi bastante prestigiado e a presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Lêdo, foi representada pela Gerente Geral da entidade, Cristiane Andersen, e pelo Coordenador Pedagógico da Uniapae, Erivaldo Fernandes Neto.

Ivana é servidora do MEC e tem formação em psicologia com especialização em educação e desenvolvimento, além de mestrado em educação. Ao tomar posse, fez questão de afirmar que a Secadi vai trabalhar para garantir direitos já conquistados e evitar retrocessos. Ela disse que está ciente da complexidade da Secretaria,

que tem um orçamento de R\$ 500 milhões para este ano, mas ressaltou que está preparada para o desafio e aproveitou a oportunidade para apresentar parte de sua equipe de trabalho.

Rivaldo Alves Casado Filho assume a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, Patrícia Neves Raposo, a Diretoria de Políticas de Educação Especial, Bruno Alves de Jesus, a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Inclusão Educacional para a Juventude da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, e Raquel Nascimento Dias, a Coordenadoria Geral de Educação para as Relações Étnico-raciais da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais.

A Secadi, que tem como foco a educação para a diversidade e a inclusão, é responsável pela implementação de políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, ambiental, em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnoraciais, além das questões de gênero, diversidade sexual e combate à violência.



Solenidade contou com a presença do Ministro da Educação e da Gerente Geral da Fenapaes, Cristiane Andersen.

Marco Paellegri será o Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, escolheu o metroviário licenciado, Marco Pellegrini, para assumir a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estrutura

subordinada à pasta. Militante da área, Pellegrini é tetraplégico e foi secretário-adjunto da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Professora com síndrome de Down emociona ao conduzir a Tocha Olímpica Rio 2016 pelas ruas de Natal

Atrevimento e coragem são as marcas da condutora convidada pela Nissan para carregar a Tocha Olímpica Rio 2016 pelas ruas de Natal. Débora Seabra, primeira professora com síndrome de down no país, é autora do livro infantil “Fábulas Inclusivas”, que tem texto de apresentação de João Ubaldo Ribeiro. Ela também é formada em teatro e trabalha como atriz amadora.

Débora é afilhada do humorista Henrique de Souza Filho, o Henfil, milita na área cultural e é ativista dos direitos de doentes especiais. Com seu trabalho inédito e inspirador, Débora se tornou referência em todo o país.

“Eu me sinto mesmo muito atrevida. Espero que minha história inspire outras pessoas”, disse a professora, de 35 anos de idade, ao carregar a tocha olímpica.

No ano passado, ela recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. Todo ano, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados elege três pessoas consideradas exemplos no desenvolvimento de ações educativas no País. Ao lado

dos pais, Débora não escondia o nervosismo momentos antes de conduzir a tocha em sua cidade natal: “Me sinto muito honrada em poder carregar a tocha. Agradeço à Nissan por essa oportunidade”, destacou.



Débora Seabra é a primeira professora com síndrome de down no País

Fenapaes e Instituto Filantropia discutem possibilidade de parceria

Uma parceria entre o Instituto Filantropia e a Fenapaes está sendo estudada. No início de junho, o presidente da entidade, Márcio Zeppelini, esteve na sede da Federação, em Brasília, para discutir a proposta.

Zeppelini foi recebido pela Coordenadora da Uniapae e Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Fenapaes, Fabiana Soares de Oliveira, pela Gerente Geral, Cristiane Andersen, e pelo Coordenador Pedagógico da Uniapae, Erivaldo Fernandes Neto.

Na pauta, foram trocadas ideias sobre a possibilidade de produção, em conjunto, de conteúdos de interesse do terceiro setor e das pessoas com deficiência. Também foi analisado a possível divulgação, nas redes de contato de ambas as instituições, de cursos complementares que não sejam concorrentes, além dos cursos que o Instituto Filantropia ofereça que sejam de interesse da Rede Apae.

Relatório final da 4ª Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência é aprovado com 89 propostas

A aprovação do relatório final encerrou as atividades da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no fim de Abril. O evento, realizado em Brasília, reuniu representantes da sociedade civil organizada e de órgãos públicos. A Fenapaes esteve representada pelos delegados Adinilson Marins dos Santos e Erivaldo Fernandes Neto, respectivamente membros titular e suplente do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

As 89 propostas apresentadas pelos delegados foram aprovadas por aclamação e o texto final contempla diretrizes que implementam políticas públicas para a criação de programas que vão atuar na defesa e conscientização de temas como a diversidade sexual, a identidade de gênero, o enfrentamento ao racismo, homofobia e sexismo.

A desburocratização e a adequação dos serviços de saúde pública foi um dos temas mais abordados pelas propostas. Entre as solicitações estão melhores condições de acesso a hospitais, atendimento qualificado e adequação dos instrumentos e mobiliário para o atendimento ao câncer de mama, colo de útero e próstata, observando a transversalidade.

O empoderamento e a representatividade da pessoa com deficiência em órgãos públicos foi outro assunto tratado nas propostas. Além disso, o texto contempla a ampliação de assistência de locomoção e de inclusão de pessoas com deficiência.

Judiciário está obrigado a adotar medidas de inclusão de deficientes

O plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou a conversão da Recomendação 27/2009 em Resolução. Com isso, as medidas para inclusão de pessoas com deficiência que foram propostas aos tribunais na recomendação ganham força de determinação a ser seguida pelos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, como as serventias extrajudiciais.

O pedido foi feito pelas Comissões de Acessibilidade dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 9ª Regiões (SP e PR), tendo em vista a aprovação da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). A redação proposta foi consolidada pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e, após pedido de vista, recebeu

acréscimos da corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

O texto da nova resolução proíbe qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência e busca garantir às pessoas com deficiência — servidores, serventuários extrajudiciais ou funcionários terceirizados — igualdade e proteção legal contra a discriminação.

A resolução prevê que o Judiciário e seus serviços auxiliares deverão adotar medidas que garantam a acessibilidade dos usuários com deficiência, promovendo o atendimento adequado a esse público, as adaptações arquitetônicas que permitam a livre e autônoma movimentação dos usuários (tais como uso de rampas, elevadores

e reserva de vagas de estacionamento) e o acesso facilitado para a circulação de transporte público nos locais mais próximos possíveis aos postos de atendimento.

No que diz respeito ao quadro de funcionários, a resolução estabelece que cada órgão deverá dispor de ao menos 5% de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação de libras. No prazo máximo de 45 dias, os tribunais deverão criar em sua estrutura Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão, responsáveis por acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade e os projetos de treinamento e capacitação de profissionais e funcionários que trabalhem com pessoas com deficiência.

Ministério do Trabalho e Previdência Social debate instrumentos de avaliação para efetivar direitos de pessoas com deficiência

A experiência internacional em instrumentos de avaliação para efetivar direitos previdenciários das pessoas com deficiência foi tema de reunião técnica, ocorrida no início de junho, em Brasília. O debate se deu em torno de estudo da pesquisadora Carla Sabariego, da Universidade Ludwig-Maximilians de Munique.

Foram confrontados o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-Br) e o "Model Disability Survey" (MDS), proposto pela Organização Mundial de Saúde para a avaliação e gestão de dados sobre deficiência. A análise também levou em conta o instrumento adotado no Chipre, após relatório do Banco Mundial destacar o modelo cipriota entre os que fazem a abordagem da 'deficiência'.

A pesquisadora Carla Sabariego destacou que o IF-Br, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é umas das iniciativas mais modernas de avaliação de deficiência e está em sintonia com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Estão sendo abandonadas, em muitos países, as abordagens que têm foco no 'impedimento' e aquela orientada pelo conceito de 'redução na funcionalidade'. O objetivo é substituir a "incapacidade" pela "capacidade".

O encontro, que durou dois dias, no Instituto Nacional do Seguro Social, está inserido no âmbito do programa "Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil" e contou com a participação de especialistas de órgãos governamentais brasileiros e da Universidade de Brasília.

Mesmo com deficiência, pessoa casada não é considerada dependente dos pais

Mesmo sendo deficiente, a pessoa, depois de casada, não pode ser considerada dependente dos pais, conforme delimita o Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/99). O entendimento foi usado pela 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para negar a concessão de uma pensão.

Na ação, a autora entendia que tinha direito à pensão por causa da morte de seu pai e por ser portadora de deficiência visual desde antes do fato, ocorrido em 2012. Porém, para o relator do processo no TRF-2, desembargador federal André Fontes, mesmo com a comprovação da invalidez pela autora, o fato de ela já ter sido casada a impede de ser considerada dependente.

A autora da ação é portadora de deficiência desde 1978, quando passou a receber o benefício de aposentadoria por invalidez e a depender economicamente do pai. "Não se pode ignorar que a autora foi casada, em data anterior ao óbito do instituidor, sendo que tal circunstância é apta a afastar o seu direito à percepção do benefício pleiteado, já que o matrimônio retira do filho a condição de dependente dos pais", ressaltou o desembargador.

Fenapaes orienta entidades a como se habilitar ao recurso do PDDE de 2016

As entidades que tiverem interesse em se habilitar para receber recursos do Programa Dinheiro na Escola (PDDE) de 2016 devem seguir o passo a passo a seguir

A Fenapaes possui uma Sala de Atendimento ao Público que está disponível para prestar outras informações sobre este assunto, pelo e-mail fenapaes@apaebrazil.org.br ou pelo telefone (61) 3224-9922.

1º Passo

A Entidade que recebeu diligência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverá enviar todos os documentos exigidos pelo órgão no prazo estipulado e, assim, se habilitar.

2º Passo

Atualizar os documentos da Entidade que se encontrar no site do FNDE da seguinte forma: acesse www.fnde.gov.br >Sistemas>habilita> CNPJ da Entidade> imagem > clicar em consulta. Todos os documentos que estiverem com alguma observação em vermelho, a entidade deverá atualizar e enviar.

3º Passo

Verificar, conforme o Ofício P.S. Circular Nº46/2016 (Fenapaes), enviado através de e-mail pela Fenapaes para a Apaes, quanto a habilitação do PDDE 2016 se houver alterações e outras informações, tais como endereço de e-mail, mudança de endereço de sede ou telefone, entre outros dados. Enviar os documentos com as alterações existentes.

4º Passo

Para a Entidade estar apta a habilitar-se ao recurso do PDDE 2016, não poderá ter nenhuma pendência com o FNDE.

A Fenapaes reforça a importância da leitura atenta das Resoluções do FNDE/PDDE, abaixo, para melhor compreensão e utilização do recurso PDDE.

Resolução nº 9, de 1º de outubro de 2015 do FNDE, consolida os documentos legais exigidos para efetivação das transferências de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social da União, no âmbito do FNDE, em seu § 5º - artigo 2º, estabelecendo quais são esses, que compõem o processo de habilitação

para o repasse dos recursos específicos do PDDE para as Apaes.

Resolução nº10, de 18 de abril de 2013 do FNDE, com alterações, na qual as Apaes são identificadas como Entidades Mantenedoras (EM), e que se enquadram nos critérios nela definidos, estarão aptas a participar do PDDE/2016. Esta Resolução "Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009".

Resolução nº 16, de 9 de dezembro de 2015 do FNDE, dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do PDDE. No artigo 2º desta Resolução trata da nova metodologia de repasse que será duas parcelas, sendo uma em cada semestre, observando o intervalo mínimo de 4 meses entre elas. Atenção, caso haja saldo na conta quando o FNDE repassar a 2ª parcela do recurso, esta segunda parcela será debitada do saldo existente e a Entidade receberá valor menor.

Revista Apaie Ciência é lançada com edição temática sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual

A Federação Nacional das Apaes acaba de lançar mais um número da Apaie Ciência - revista científica eletrônica. Trata-se de uma edição temática sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual.

A publicação reúne cinco artigos: "Prática docente e o direito à aprendizagem do estudante com deficiência intelectual", de Juliana

Farias Neres e Geane de Jesus Silva, "Reflexões acerca do reconhecimento do trabalhador com deficiência intelectual", de Sérgio Sampaio Bezerra, "Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho: visão do gestor", de Danielle Sousa da Silva, Fernanda Rodrigues da Silva e Adriano Pereira de Souza, "Metas idealizadoras e a escolarização de alunos com deficiência intelectual: com a palavra,

o professor de ensino médio", de Katia Rosa Azevedo, e o artigo "A importância da família para inclusão laboral das pessoas com deficiência intelectual", de Cecília Gomes Muraro Alecrim.

Para ler a revista e também saber como enviar artigos para publicação, entre no site <http://apaieciencia.org.br/index.php/revista/index>.

Psicólogo português Vitor Franco visita a Fenapaes

A Federação Nacional das Apaes recebeu a visita do psicólogo português, Vitor Franco, no início de Abril. Ele foi recepcionado pelo primeiro diretor financeiro da Fenapaes, Unírio Bernardi. Franco é PhD e professor de psicopatologias do desenvolvimento e intervenção precoce na Universidade de Évora (Portugal).

Como membro do Centro de Pesquisa de Psicologia e Educação, ele estuda a síndrome do X frágil, transtornos do desenvolvimento e intervenção precoce. Ele visita o Brasil frequentemente para atuar como palestrante e trabalhar em projetos sobre a pesquisa de deficiências do desenvolvimento e intervenção precoce.



Dr. Vitor Franco (esquerda), o primeiro diretor financeiro da Fenapaes, Unírio Bernardi, e o coordenador pedagógico da Uniapae, Erivaldo Fernandes Neto (direita).

Fenapaes realiza web conferência com representantes da informática dos Estados

A Fenapaes realizou uma web conferência com os responsáveis pela informática de cada Federação Estadual para a realização de um treinamento de atualização das informações sobre a área e unificação de alguns procedimentos. O evento foi conduzido pelo Vice-presidente da Fenapaes, José Turozi, e coordenado pelo Diretor da empresa que atualmente gerencia todo os sistemas, Adriano Mormul.

Entre os assuntos mais relevantes da web conferência, foram apresentados o painel de controle do Google Apps, usado para gerenciar e-mails e demais aplicações fornecidas pelo Google, e o aplicativo Google Hangout, como ferramenta para a realização de vídeo conferências.

Na ocasião, foram mostrados os principais motivos para a reformulação do website da Federação e dos mini-sites das unidades, bem como a estrutura inicialmente proposta para essa alteração. Foram citadas as ferramentas a serem usadas e os pilares conceituais abordados no desenvolvimento do website, reforçando os conceitos de acessibilidade a serem considerados na reformulação.

Ficou estabelecida a importância do website como pilar da comunicação digital da entidade e o seu posicionamento como porta de entrada da plataforma de

comunicação digital a ser desenvolvida e utilizada em sua totalidade pelos membros. Também houve apresentação da proposta de personalização dos mini-sites das unidades com base em modelos pré-definidos, com ativação eletiva de módulos e recursos.

Foi solicitado que os interessados em gerenciar as contas de e-mail de suas próprias federações enviem e-mail para a informática da Fenapaes, confirmando a condição de administradores.

No dia 2 de junho foi realizada uma nova web conferência para os representantes da informática das Federações Estaduais que não participaram da primeira reunião.

Conselho Fiscal da Fenapaes se reúne em Brasília

O Conselho Fiscal da Fenapaes reuniu-se, de 11 a 13 de abril, na sede da entidade em Brasília, com a participação dos conselheiros Maria das Graças Mendes da Silva, Nilson Alves Ferreira e Delton Pedroso Bastos, além do auditor Ricardo Passos.

STJ divulga precedentes sobre isenções tributárias a pessoas com deficiência

O Superior Tribunal de Justiça disponibilizou 196 decisões da corte sobre isenções de impostos para pessoas com deficiência. As decisões estão reunidas em dois temas principais: Isenção do Imposto de Renda a quem tem doença grave e Isenção de impostos para pessoa com deficiência.

O levantamento está disponível na ferramenta Pesquisa Pronta, criada para facilitar o acesso à jurisprudência do STJ.

O tribunal costuma entender, por exemplo, que laudo oficial não é obrigatório para pessoas com moléstia grave ganharem isenção no Imposto de Renda. Embora a legislação específica (Lei 9.250/95) exija a comprovação do laudo, decisões do STJ entendem que a regra “está voltada para a Administração Pública, e não para o magistrado, que pode formar a sua convicção com base no acervo probatório dos autos”, conforme acórdão da 2ª Turma ao analisar um caso (AREsp 556.281).

Curitiba aprova lei que institui a Semana Municipal da Conscientização Sobre o Transtorno do Espectro Autista

O prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), sancionou a Lei 14.809, que institui a Semana Municipal da Conscientização Sobre o Transtorno do Espectro Autista. O dia 2 de abril foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como sendo o Dia Mundial de Conscientização do Autismo (World Autism Awareness Day).

A lei visa a promover, por meio de eventos, palestras e seminários, a conscientização e reflexão sobre o preconceito enfrentado por portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

Fenapaes divulga Manual das Eleições 2016

A Fenapaes disponibiliza em seu site o Manual das Eleições 2016, indicando os procedimentos indispensáveis para a realização das eleições em todas as Apses do Brasil, a serem realizadas em novembro deste ano.

É importante salientar que os presidentes das Apses são os responsáveis pelo pleito e devem convocar Assembleia Geral com 30 dias de antecedência, devendo ser realizada, no máximo, no mês de outubro.

O documento completo está disponível no site www.apaebrasil.org.br, em “Banners” > “Publicações Online”.

Câmara analisa projeto que determina validade de cinco anos para laudos comprobatórios de deficiência

Em análise na Câmara dos Deputados Federais, o Projeto de Lei 4402/16 estabelece validade mínima de cinco anos para os laudos médicos exigidos de pessoas com deficiência para participação em concursos públicos e processos seletivos públicos ou privados para provimento de cargo, função ou emprego.

A proposta acrescenta a medida ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). Atualmente, a norma constitucional que prevê reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência é regulamentada de forma diversa por cada Estado, sendo a exigência de laudos um dos obstáculos à inclusão no mercado de trabalho.

O projeto tramita em caráter conclusivo (não precisa ser votado pelo plenário da Câmara antes de seguir para apreciação do Senado) e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência é fundado em Brasília

O Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência foi fundado em solenidade que ocorreu no início de maio. O evento aconteceu no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília.

Além da Fenapaes, outras seis entidades fazem parte do CRPD na condição de associadas fundadoras. São elas a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos no Brasil (Onedef), Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), Associação Brasileira de Autismo (Abra), Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

A primeira diretoria do CRPD tem como presidente Moisés Bauer Luiz (presidente da ONCB) e vice-presidente Ester Alves Pacheco

(presidente da Fenapestalozzi). O primeiro tesoureiro é Erivaldo Fernandes Neto (coordenador pedagógico da Uniapae) e a segunda tesoureira é Aracy Maria da Silva Lêdo (presidente da Fenapaes). Carlos Ferrari (diretor da ONCB) é o diretor de comunicação e relações institucionais, Adnilson Marins dos Santos (representante da Fenapaes no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) é o diretor jurídico e Edna Aparecida Alegro (dirigente da Fenapestalozzi) é a secretária.

Na cerimônia, a presidente da Fenapaes, Aracy Lêdo, foi representada pelo diretor primeiro secretário, Albanir Pereira Santana, e pelo diretor social, Rodolpho Luiz Dalla Bernardina.

Como surgiu o CRPD

Na última década, algumas organizações nacionais de defesa de

direitos se reuniram por diversas vezes buscando estabelecer uma unidade nacional de princípios, considerando os mais diversos segmentos de representatividade e suas especificidades, com o intuito de fortalecer seus discursos e práticas por uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência no Brasil.

Chegou a ser formado o Fórum Nacional de Articulação de Entidades e de Movimentos de Defesa da Pessoa com Deficiência, aproximando ainda mais as organizações.

De todo esse movimento, surgiram mobilizações nacionais que se concretizaram em políticas públicas e garantias legais, o que fez com que o grupo ficasse cada vez mais coeso e coerente ao passar do tempo. Com esse histórico, espírito de luta social e amizade nasce o CRPD.



Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência foi fundado na OAB Seccional Brasília

Comissão de Educação da Câmara aprova repasse maior do Fundeb para aluno especial

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, em maio, o projeto de lei (PL 32042/15) que eleva os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) repassados para a educação especial.

A proposta altera a Lei do Fundeb (11.494/07), que criou o valor de referência usado na distribuição do fundo para os estados, Distrito Federal e municípios. Esse valor referencial é chamado de "fator de ponderação". Pela lei do fundo, o fator é igual a 1 nos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

Para as demais etapas da educação básica (educação infantil, especial, fundamental, indígena e quilombola, e ensino médio), o fator varia de 0,7 a 1,3.

Pela proposta, a educação especial terá sempre o fator 1,3. Na prática, isso significa que o valor repassado por aluno será 30% superior ao valor referencial do fundo. Atualmente, o fator da educação especial é 1,2.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado, segue para a apreciação do Senado.

Fenapaes recebe visita de representantes das Apaes de Canindé (CE) e Foz do Iguaçu (PR)

O Presidente da Apae de Canindé (CE), Alessandro Jucá, e o Coordenador Pedagógico da Apae de Foz do Iguaçu (PR), Lúcio Flávio Mello, visitaram a sede da Federação Nacional das Apaes, no fim de Abril. Ambos estiveram em Brasília participando da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, no Centro Internacional de Convenções do Brasil.



(da esquerda para a direita) Lúcio Flávio, Alessandro, a Gerente Geral da Fenapaes, Cristiane Andersen, e do Coordenador Pedagógico da Uniapae, Erivaldo Fernandes Neto.

Participe da Semana Nacional 2016

A Fenapaes convoca mobilização de toda a comunidade apaeana para preparar uma inesquecível Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, de 21 a 28 de agosto.



Tema 2016: "O futuro se faz com a conscientização das diferenças".



Fenapaes marcou presença na reunião de Diretoria da Feapaes-SP

A presidente da Fenapaes, Aracy Lêdo, participou de reunião da Diretoria e do Conselho de Administração da Feapaes-SP (Federação Estadual das Apaes de São Paulo), a convite da presidente Cristiany de Castro. A reunião, em maio, na Apae de Várzea Paulista, contou também com a participação de outros representantes da Fenapaes como o Vice-presidente, José Turozi, e o primeiro Diretor Financeiro da Fenapaes, Unirio Bernardi, além de Roberto Salaberry, da Controladoria.

Presidente da Fenapaes prestigia posse de novos conselheiros do Conselho Estadual de Educação do RS

A presidente da Fenapaes, Aracy Lêdo, participou da Sessão Plenária Solene do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, que deu posse a 11 novos conselheiros para um mandato de quatro anos, entre eles a representante da Feapaes/RS, Neusa Terezinha Salaberry.



Fenapaes atualiza cartilha sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

A Fenapaes editou uma cartilha atualizada sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A publicação busca oferecer uma melhor compreensão do texto da Lei 13.019/2014 e suas implicações práticas na vida das instituições, após as alterações dadas pela Lei 13.204/2015.

Campanha Apae Noel 2016 já está no ar

Já está disponível, para as Apaes de todo o Brasil, o formulário de pedidos para a Campanha Apae Noel 2016. A Apae que não perder tempo pode sair na frente e se mobilizar para alcançar um bom retorno financeiro. Para isso, é importante preencher o quanto antes o formulário de pedidos. Consulte o site www.apaebrasil.com.br.

Para este ano, o primeiro prêmio será um veículo Nova Strada Working 1.4 mais uma motocicleta Dafra Super 50, enquanto que a Apae responsável pela venda do bilhete vencedor receberá um Palio Fire 1.0. O segundo prêmio será um Palio 1.0. Já o terceiro, quarto e quinto prêmios serão motocicletas Dafra.

Além do primeiro prêmio estar mais atrativo, a Campanha Apae Noel 2016 traz a novidade do "Super Bônus", que dá mais oportunidade para as Apaes ganharem um recurso totalmente livre de impostos e mais chances de ganhar. A cada 500 bilhetes pedidos, a Apae solicitante ganhará mais 50 bilhetes gratuitamente. O valor do bilhete Apae Noel 2016 é de R\$ 10,00.

APAE NOEL
A sorte é nossa, por você acreditar!

1º Prêmio
NOVA STRADA WORKING 1.4 + MOTOCICLETA DAFRA SUPER 50

Prêmio da Apae
PALIO FIRE 4 PORTAS FLEX 1.0 BRANCO

2º Prêmio
MOTOCICLETA DAFRA SUPER 50

3º Prêmio
MOTOCICLETA DAFRA SUPER 50

4º Prêmio
MOTOCICLETA DAFRA SUPER 50

5º Prêmio
MOTOCICLETA DAFRA SUPER 50

Apartir de ganhar muitos prêmios, você colabora para a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Campanha de arrecadação de 2016 a 15 de maio de 2017. A sorteio do bilhete será em 15 de maio de 2017, às 14h, no auditório da sede da Fenapaes, em Brasília. O bilhete custa R\$ 10,00. O valor do bilhete é de R\$ 10,00. O valor do bilhete é de R\$ 10,00.